

Arcabouço: exceção soma R\$ 73 bi

DE BRASÍLIA

As três novas exceções ao limite de gastos do arcabouço fiscal, aprovadas pelos senadores, somam R\$ 73 bilhões fora da trava de despesas da nova regra para controle das contas públicas. O cálculo é da Consultoria de Orçamento da Câmara e considera valores referentes a este ano.

A cifra se aproxima do piso de investimentos previsto no arcabouço para este ano, perto de R\$ 70 bilhões. Também é próximo do valor reivindicado pelos governadores - R\$ 75 bilhões - para o aporte do Governo Federal ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos pilares da reforma tributária.

O relator do texto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), afirma que os deputa-

MARCO DAS GARANTIAS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou novamente a votação do Marco Legal das Garantias, projeto que tem o potencial de aumentar o acesso ao crédito no País e diminuir o custo. O presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PDT-GO), concedeu vista coletiva ao texto até quarta-feira, às 9h, após pedido dos senadores Tereza Cristina (PP-MS) e Omar Aziz (PSD-AM) para uma maior discussão. Na sessão de ontem, o relator do projeto, senador Weverton Rocha (PDT-MA), apresentou uma complementação do seu voto, com acolhimento de emendas de seus colegas e a inclusão de novos destaques de sua autoria. Houve esclarecimento, por exemplo, de que a averbação de protesto na matrícula de imóveis não atinge nem bens de família e nem quem tem um único imóvel. "O objetivo é apenas alcançar pessoas que têm muito patrimônio e continuam inadimplentes". Na semana passada, Rocha já havia feito 46 modificações em relação ao projeto que foi aprovado na Câmara em 2021. A pedido do Ministério da Fazenda, o senador suprimiu trecho que flexibilizava a impenhorabilidade dos bens de família e manteve o monopólio do penhor nas mãos da Caixa.

dos podem manter as exceções à regra fiscal que foram aprovadas pelo Senado. Na Casa, porém, há queixas sobre a forma como a proposta foi aprovada

pelos senadores.

Marco Bertaiolli (PSD-SP) afirma que as mudanças no texto não foram discutidas com os deputados - os quais, segundo ele, aca-

baram se desgastando para aprovar um arcabouço mais rígido.

"A Câmara fez um esforço para atender ao arcabouço fiscal pela forma proposta pelo ministro da Fazenda, por entender a necessidade de o País ter estabilidade fiscal. O Senado abriu mais, sem discutir o mérito com os deputados. Vamos ver agora qual será a posição do governo", completou.

FUNDEB E FUNDO DO DF

O impacto calculado pelos técnicos leva em consideração três novas exceções: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e despesas com ciência em tecnologia. (EC)